

Escolas defendem o fim do congelamento

Educação

11 DEZ 1986

CORREIO BRAZIL

A Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Fenen) encaminha hoje ao ministro da Educação, Jorge Bornhausen, um documento propondo o reajuste da anuidade escolar de 1987. Ao contrário do Ministério da Educação, que busca encontrar índices diferenciados de aumentos para as escolas particulares, a Fenen defende a liberação de preços, "para que eles se fixem naturalmente, em nível de cada curso ou escola", conforme o presidente da Federação, Roberto Dornas.

Elaborado pelo Conselho de Representantes da Fenen — que representa 24 sindicatos e 4 associações de estabelecimentos de ensino de todo o País — o documento propõe a adoção de um fórmula indicando o valor máximo de aumento baseado no real custo do ensino, calculada com base na remuneração do pessoal docente, número de alunos em classe e número semanal de aulas. A fórmula, segundo Dornas, deve ser usada se o Governo julgar impossível a liberação momentânea dos preços.

"O correto é deixar que fun-

cionem as leis do mercado que no caso do ensino são influenciadas pelo custo do aluno, aplicabilidade a qualquer nível, grau, curso e região; gasto com pessoal, entre outros itens", diz o documento. Até que o Governo se manifeste sobre a questão, a federação continua orientando as escolas para que aumentem em até 125 por cento as taxas de matrículas: o aumento é considerado ilegal pelo Ministério da Educação. Segundo a Fenen, o índice recomendado representa a média necessária para repor a situação de equilíbrio das escolas. "O aumento é provisório e deve ser deduzido do valor real estabelecido", observa Roberto Dornas.

Ele voltou a reiterar a situação difícil por que passa a escola privada, vítimas do tabelamento desde 1969, o que contribui para a queda da qualidade de ensino destas instituições, impossibilitadas de remunerar melhor seus professores, conforme o presidente da federação, para quem "o tabelamento e controle de preços só se justificam por período muito curtos".

Fórum defende o ensino público

Mais verbas para a educação, melhoria da qualidade do ensino público, extensão da oferta de educação pré-escolar pública e gratuita a todas as crianças de quatro a seis anos e gratuidade da educação especial aos deficientes físicos, mentais e sensoriais. Estas são algumas das principais propostas que os secretários de Educação de todo o País encaminharão à Assembleia Nacional Constituinte. As propostas fazem parte de um documento aprovado ontem em Brasília durante o XV Fórum Nacional de Secretários de Educação.

O presidente do Fórum secretário de Educação do Distrito Federal, professor Fábio Bruno, definiu o objetivo central do encontro: "Estamos reunidos em defesa da escola pública da universalização de seus direitos e pela melhoria da qualidade do ensino público, o que requer obrigatoriamente maiores recursos para a educação".

Os planos de cargos e salários das universidades fundacionais

aprovados pelo Conselho Interministerial de Salários das Estaduais (CISEE), em fevereiro de 1986, estão sendo ajustados pelo MEC, com a inclusão de novos cargos. Portarias assinadas pelo ministro da Educação, Jorge Bornhausen, publicadas no Diário Oficial de ontem, determinam a criação de cargos no setor de apoio administrativo operacional, destinados a técnicos administrativos de nível médio e superior.

Conforme decisão do CISEE, a inclusão de novos cargos nos planos de cargos e salários das fundações só será operacionalizada caso não implique em aumentos de despesas para estas instituições. "O provimento dos cargos deverá ocorrer de acordo com a legislação em vigor que proíbe contratações", explicou a coordenadora de Apoio às Instituições Federais de Ensino Superior (IES), Núbia David Macedo. A criação de novos cargos não significa que novos técnicos serão contratados imediatamente.